

EM TORNO DE PEQUIM

João de Deus Ramos

O 25 de Abril criou as condições, e também as expectativas, para um rápido reatamento das nossas relações com a China. Porém, tal não viria a acontecer com a celeridade esperada. Foi necessário o decurso de quase cinco anos para que Portugal e a República Popular da China estabelecessem formalmente relações diplomáticas, a nível de embaixador, tal só vindo finalmente a concretizar-se em inícios de 1979.

As razões para esta demora terão sido várias, sobretudo chinesas, mas portuguesas também. Na altura, tal demora, aparentemente inexplicável, suscitou alguma perplexidade. Mas olhada à distância, terá sido de pouca importância e as suas consequências de menor relevância ainda. Melhor foi que de ambos os lados se procurasse caminhar com segurança, e não por impulsos fugazes ou ímpetos emocionais. É que, embora habituado a dialogar com a China ao longo de séculos, Portugal perdera em décadas recentes a prática dos contactos, remetendo-se cada vez mais para Macau e para as respectivas instâncias oficiais, sobretudo, o traquejo do quotidiano, sobre um pano de fundo quase vazio no que tocava às ligações directas entre Lisboa e Pequim. E ainda que este estado de coisas não fosse razão suficiente e de fundo para delongas, na realidade dificultou os passos de uma aproximação procurada por ambos os lados. Aproximação essa que era explicitamente desejada, mas que tinha de seguir formalidades, linguagem e enquadramento jurídico específicos no seu percurso de convergência. E se este aspecto era sobretudo relevante para o lado chinês, deixaram eles, com habilidade, que fosse Portugal a clarificar o seu quadro normativo, a sua terminologia e as suas intenções, de modo a que quando ambas as partes se sentassem à mesa, estivessem afastadas as surpresas e se pudesse prosseguir num diálogo inteligível para ambos os lados e numa negociação eficaz.

Não caberá aqui tecer conjecturas sobre as razões de política interna e externa chinesas que levaram a que o processo de aproximação durasse meia década. Seria, estou em crer, prematuro. Convirá talvez aguardar o aparecimento de mais abundantes fontes primárias e secundárias sobre a evolução da política chinesa no período em apreço. De evolução realmente se tratou, pois o 25 de Abril acontece no ocaso da Revolução Cultural, os passos concretos de aproximação dão-se durante o consulado efémero de Hua Guofeng e a negociação formal que culmina com o estabelecimento de relações concretiza-se no dealbar da era Deng Xiaoping; viragens das mais significativas no percurso da República Popular da China.

De 1979 até ao presente, um quarto de século; muito pouco, à luz do tempo longo desde os primeiros contactos no século XVI. Mas determinante, se tivermos em conta que nestes vinte e cinco anos Macau regressou à China, alterando-se assim fundamentalmente uma das características do diálogo plurissecular luso-chinês, a saber, que o Território de Macau e o seu estatuto foram charneira permanente e centro de gravidade no nosso relacionamento com o Império do Meio. Tal se manteve sempre assim, apesar da intensidade das vivências e dos contactos ter sido variável ao longo dos tempos, como é bem sabido. Dir-se-á, resumidamente, que o decréscimo daquelas vivências e contactos se acentuou a partir de finais do século XIX – a partir do termo do período dos tratados –, mantendo-se esse plano inclinado, de um modo geral, até à nossa Revolução de Abril. Refiro-me sobretudo às vivências intelectuais e afectivas no relacionamento luso-chinês, que ficaram numa situação de quase monopólio de Macau. Situação com consequências negativas, entre outras por fragilizar o pensamento estratégico e político que Lisboa tinha de equacionar na condução da sua política externa asiática, face à magnitude dos eventos que marcaram a história da China durante o século XX: desde a rebelião dos Boxers até à queda da dinastia Qing, da República Chinesa e dos Senhores da Guerra até ao conflito mundial de 1939-1945, deste até à tomada de poder pelo PCC em Outubro de 1949, e de então para cá até à «normalização» de Deng Xiaoping. Lisboa foi tendo que reagir *tant bien que mal*, apoiando-se em conjecturas ideológicas ou livrescas, e em vozes difusas vindas de Macau, onde se concentrava o pouco de *expertise* que havia entre nós.

O SORTILÉGIO ASIÁTICO

Em regra, para os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os postos na Ásia Oriental suscitam reacções positivas, a maior das vezes, mas negativas também. No primeiro caso, as empatias tendem a ser duradouras, e as marcas intelectuais e afectivas também; no outro, são vivências quase liminarmente rejeitadas e compulsivamente esquecidas. É rara a indiferença. Vivi quatro anos no Japão, e desde logo percebi que me incluía no grupo dos «devotos». Quando cheguei a Tóquio, em começos de 1972, acabava de ser «despejada» a representação diplomática de Taiwan. Vivia-se a nova fase do relacionamento sino-americano, em torno das históricas visitas de Nixon e Kissinger a Mao e do Comunicado de Xangai.

Cheguei ao Japão profundamente ignorante das nossas longas relações com o Império do Sol Nascente. E foi um choque dar-me conta que o comum dos japoneses sabia mais sobre o nosso legado cultural do que eu. Envergonhado, procurei rapidamente suprir essa grave deficiência. Essencialmente, comecei a ler muito. E vali-me também de conversas com o colega que já lá estava havia alguns anos, o José Paulouro das Neves, com o P.º Jaime Coelho, com o José Álvares. Comecei a frequentar as livrarias, no delicioso quarteirão dos alfarrabistas, em Kanda. Lá encontrei ainda alguns restos da biblioteca do João Abranches Pinto, e entre as curiosidades, uma *Selva do Ferreira de Castro*, em Português e anotada em Japonês, que mais tarde ofereci ao Dr. Raúl Rêgo, quando após o 25 de Abril e integrado na comitiva do então Ministro da Coordenação Interterritorial Almeida Santos, passou por Tóquio a caminho de Macau. Mas nos livreiros antiquários de Kanda comecei a ver e apreciar também uma vasta bibliografia sobre a China. À medida que ia conhecendo melhor o Japão e os contactos passados com Portugal, inevitavelmente o interesse pela China crescia, não só pelo fascínio próprio da sua cultura, mas também por ser a matriz civilizacional do Japão.

Aconteceu o 25 de Abril. As conversas sobre a China passaram a ser mais frequentes, pois estavam criadas as condições propícias para o reatar das nossas relações. Conversas com o meu chefe, embaixador Manuel Almeida Coutinho – homem de uma grande humanidade e sabedoria, com quem aprendi muito – e com o colega que chegara a Tóquio no ano anterior, o António Santana Carlos (que viria a ser o último chefe do Grupo de Ligação e é actualmente embaixador em Pequim), que partilhava essa minha curiosidade e interesse. Foi ele que, no ano seguinte, vindo a Portugal em férias, fez uma visita como turista à China. Bebi mais tarde o relato dessa viagem nos mais pequenos pormenores.

Em 1976 fui transferido de Tóquio para Genebra, e deixei dito no Ministério que quando estabelecêssemos relações com a China, eu estaria disponível para ir para lá. Como é sabido, o processo foi mais longo do que seria de prever. Alguns anos mais tarde, em 1978, o então Secretário-Geral do Ministério, embaixador Gonçalo Caldeira Coelho, numa passagem por Genebra, perguntou-me se eu ainda estava candidato a Pequim. Respondi-lhe que sim, e disse-me então que me fosse preparando para o posto, o que reconhecidamente agradeci. Não valia a pena agradecer, retorquiu, pois não havia outros candidatos. Confesso que até hoje me surpreende aquela afirmação.

Começou então uma fase deliciosa em que um forte empenho meu se tornara em realidade. Desde a chegada a Genebra procurara, discretamente, ir estabelecendo contactos pessoais com os diplomatas chineses. Não era fácil. Simpáticos sim, mas excessivamente cautelosos e distantes. Nessa altura andavam ainda sempre em grupo, vestidos todos à Mao, sempre com intérpretes, tornando inviável qualquer conversa a dois, ou um pouco mais personalizada sequer. Nesse ano de 1976 faleceram em Pequim alguns dos grandes líderes históricos: Mao Zedong, Zhou Enlai, o Marechal Zhu Te. O Ministério instruiu-me para ir assinar os livros de condolências na missão chinesa. A partir de então os contactos passaram a ser mais fáceis. Em 1978, quando se finalizavam as negociações em Paris, começou a preparação para a abertura da nossa embaixada em Pequim, e fui mandado em primeiro lugar a Berna. O embaixador de Portugal na Suíça, Eduardo Bugalho, proporcionou-me os primeiros contactos, formais, com a embaixada da República Popular da China. Formais, no sentido de que fui já ali recebido, pela primeira vez, como Encarregado de Negócios indigitado de Portugal em Pequim. Em seguida fui a Bruxelas, à sede da OTAN, para tomar parte nalguns grupos onde se discutiam assuntos relacionados com a China, e para contactar alguns colegas estrangeiros que tinham lá estado em posto. Nesta passagem por Bruxelas contei com o apoio do Pedro Catarino (actualmente embaixador de Portugal em Washington, e que ao longo da carreira viria a adquirir vasta experiência sobre assuntos chineses, como Cônsul-Geral em Hong Kong, chefe do Grupo de Ligação e embaixador em Pequim). De seguida, e numa passagem por Lisboa, o José Paulouro das Neves, então Chefe de Repartição da Política África-Ásia, proporcionou-me contactos com os representantes da agência noticiosa chinesa Xinhua, já instalada em Portugal. No almoço, em que do nosso lado esteve presente o João Rocha Páris (actualmente Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros), tive ocasião de conhecer um dos elementos da Xinhua, o Sr. Han Xiaokong, com quem haveria de manter contactos ao longo de vinte anos, sempre cordiais, em virtude de cargos variados que ele e eu exercemos no âmbito das relações luso-chinesas e do processo de transferência de poderes

em Macau (o Sr. Han, entre outras funções, foi conselheiro da embaixada da China em Lisboa, e o último Chefe, do lado chinês, do Grupo de Ligação).

Finalmente, o Ministério mandou-me a Paris. Foi a deslocação mais relevante, pois lá tinham decorrido as negociações para o estabelecimento de relações diplomáticas, através dos respectivos embaixadores, Coimbra Martins e Han Kehua. Homens inteligentes, conhecedores e empenhados, tinham além disso criado entre eles uma simpatia mútua e genuína, resultado de muitas e muitas horas de conversações, de dificuldades e revezes menores e maiores, mas sempre com a determinação de levar o barco a bom porto, salvaguardando os interesses de cada parte e valorizando os objectivos comuns. Dois homens que se respeitavam, admiravam e estimulavam. Ao longo de muitas conversas e muitos «banquetes», beneficiei de uma evidente boa vontade e até entusiasmo, para que o futuro do relacionamento Portugal-China se prevalescesse dos auspiciosos inícios acontecidos em Paris. Vivia-se em ambas as embaixadas um ambiente caloroso, ao mesmo tempo que o profundo conhecimento das negociações as transformavam nos locais mais adequados para responder às inúmeras perguntas e dúvidas relativas à minha partida, abertura da embaixada e primeiros tempos em Pequim. O embaixador Coimbra Martins foi de uma grande simpatia pessoal e permanente disponibilidade. E o António Valente, então Secretário da embaixada, como profundo conhecedor de todo o processo negocial que acompanhara, proporcionou-me, como colega e amigo, o pano de fundo para todas as questões que preencheram totalmente os dias que passei na capital francesa.

De regresso a Genebra, para me desligar do posto e fazer as malas, mantive frequentes e longas conversas telefónicas com quem na altura se previa fosse o nosso primeiro embaixador em Pequim. Dessas conversas guardo gratas recordações, pois embora nos conhecêssemos mal, ao telefone germinou, creio, um sentido de equipa com bons augúrios se viesse a concretizar-se. Tal, porém, não aconteceu. O embaixador Sérgio Sacadura Cabral, na altura em Viena, acabou por não ser quem o Governo português indigitou para essas funções.

Estabelecidas oficialmente as relações a 8 de Fevereiro de 1979, aproximava-se a data da minha partida para a China. Voltei a Lisboa para receber as instruções finais. Foram-me dadas numa reunião «grave», convocada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, no seu Gabinete, com a presença do Secretário-Geral e dos três Directores-Gerais, estando também presente o Pedro Catarino, que deixara a OTAN, e seguia como Cônsul-Geral para Hong Kong. E depois entrei no frenesim das minúcias da logística inerente à abertura de um posto, a partir do zero. Ajudou-me nisso, e muito, a experiência adquirida em Genebra, pois fora para lá em 1976 abrir também o Consulado-Geral. Mas enquanto na Suíça pudera contar com a proximidade geográfica e de costumes e a presença de vários colegas, agora ia para um mundo desconhecido, por assim dizer, e não havia na China qualquer outra representação portuguesa. Teve de se tratar de tudo, desde a pauta do nosso Hino Nacional ao material para as malas diplomáticas, desde a aparelhagem de cifra aos impressos para a contabilidade.

Ia como Encarregado de Negócios com Cartas de Gabinete, que é uma das modalidades previstas nas Convenções de Viena para a chefia de missões diplomáticas, e que é distinta das muito frequentes encarregaturas de negócios interinas. Tinha, assim, que levar comigo as ditas Cartas de Gabinete, parecidas no conteúdo com as Cartas Credenciais de que são portadores os embaixadores; mas enquanto estas são uma missiva de um Chefe de Estado a outro, naquelas é

o Ministro dos Negócios Estrangeiros que se dirige ao seu homólogo. Surgiram então algumas dúvidas, resultantes da falta de prática no relacionamento com a República Popular da China, no tocante à terminologia e a algumas formalidades. Lá se resolveram as dúvidas – ou assim pensámos – e foi já na sala de espera para as partidas no Aeroporto da Portela que o Vasco Valente (actualmente embaixador em Roma, colega e amigo desde os tempos da Faculdade de Direito) me veio trazer em mão as preciosas cartas. Não escondo os momentos de stress nesta situação *in extremis*. Não podia partir sem elas, e não partir era impensável.

IMPRESSÕES DE PEQUIM

Pequim é o centro e o coração da China. Cidade forte, muito forte mesmo, exterior à indiferença. Quando lá cheguei pela primeira vez, em 1979, era também soturna, poeirenta, com a morosidade própria dos locais onde os habitantes, por razões político-ideológicas, não controlam adequadamente a sua vida. Muito mudou de então para cá. Hoje tem menos pó e é menos triste. Mas continua a ser forte e a transmitir aquela ambiência própria da China, difícil de definir, em que a vastidão da dimensão física, a profundidade e continuidade da civilização e cultura, se entrelaçam de modo singular.

Na Pequim que conheci em 1979 tinham já desaparecido as muralhas da cidade e os numerosos Pailou. Mas ainda vi alguns camelos das caravanas, e era frequente ver mulheres idosas com o andar trôpego das «Golden Lilies», os tradicionais pés minúsculos e sofridos. Coisas do passado, chegadas quase aos dias de hoje. No presente, em que os últimos Hutong vão cedendo lugar a construções semelhantes às de qualquer outra grande metrópole, raramente reencontro os ambientes da *Beijing* que conheci em 1979; talvez depois da meia-noite, quando o silêncio volta e só as bicicletas fazem o contraponto, ou então pelas cinco ou seis da manhã, nos meses mais quentes, quando os idosos, as gaiolas com pássaros e o *Taiqi* convivem em simbiose com o intemporal.

De dia, o ruído de fundo das bicicletas a rolar, sons de vozes humanas – os solilóquios a que o Chinês se presta –, as «cassetes» acanaviadas que os velhos autocarros de passageiros usavam ao aproximar-se das paragens. Ruído de fundo que em 1979 incluía os altifalantes a destilarem os pensamentos do *Mao Zedong tongzhi*. Pequim dos chineses – raça admirável com a qual os estrangeiros não raramente mantêm uma relação de «amor-ódio» –, do património soberbo e da cultura mais refinada a conviver com venalidades epidérmicas.

Os contrastes e as continuidades, aquela mescla inefável que fazem de Pequim, entre as incontáveis e variadas cidades chinesas, aquela que porventura melhor corporiza o equilíbrio entre o Céu e a Terra.

O REATAMENTO DOS LAÇOS LUSO-CHINESES

Celebrou-se a 8 de Fevereiro do corrente ano o vigésimo quinto aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China. Uma efeméride, sem dúvida, em que justificadamente se sublinha a importância daquele dia há um quarto de século atrás. Dia esse que culmina e fecha um período que tem início no 25 de Abril. Depois, normalizadas as relações, inicia-se outro que termina com a visita, em Maio de 1985, do Presidente Ramalho Eanes a Pequim – a primeira de um Chefe de Estado português à China –,

durante a qual se «abre» o processo de Macau. Um terceiro período inicia-se então, e é dominado pelas negociações que levaram à Declaração Conjunta de 1987, pela gestão do período de transição iniciado em Janeiro de 1988, e pelo «fecho» da administração portuguesa, aquando da transferência de poderes, a 19 de Dezembro de 1999. E finalmente um quarto período, a decorrer, começado com o nascimento da Região Administrativa Especial de Macau, a 20 de Dezembro de 1999, e cujo termo muito provavelmente não será dado a conhecer à presente geração. Esta arrumação, ou periodização, é subjectiva, e outras haverá, e melhores.

Mais interessante, sim, será procurar as diferenças entre os períodos. Distinguem-se pelo conteúdo factual, sem dúvida, mas também – e para mim talvez mais importante – pela natureza política e psicológica das relações. No primeiro período, do 25 de Abril ao estabelecimento das relações em 1979, há uma busca de linguagem comum, política e pragmática, passando pelos primeiros contactos informais, depois oficiosos e finalmente oficiais e, sempre, intenções de convergência nas entrelinhas das soluções que se procuram para os acidentes de percurso. No segundo, de 1979 a 1985, adquirida a linguagem do relacionamento, dá-se a abertura física das missões diplomáticas, as primeiras visitas de individualidades, a assinatura dos primeiros acordos bilaterais, a primeira visita oficial a Pequim de um membro do Governo português e de um Governador de Macau. E mantém-se como pano de fundo a busca de entendimentos, a dinâmica das convergências, como no período anterior. Sobre a questão de Macau, mantém-se a «intocabilidade» em relação ao espírito, aos textos e às definições consignados no acordo sobre o estabelecimento de relações, de 1979. Durante estes dois períodos, Macau permanece fixado nos estatutos jurídicos e históricos acordados em 1979, convergindo na essência os desígnios políticos portugueses e chineses. No período seguinte, a partir da visita do Presidente Ramalho Eanes a Pequim, em 1985, e da abertura do processo de Macau, as coisas mudam, a natureza das relações passa a ser outra. Portugal e a China tinham pela frente uma questão complexa a resolver, a transferência de poderes e a cessação da autoridade portuguesa no Território. A atitude de convergência desvaneceu-se, exacerbaram-se os interesses de cada lado, apesar de o acordo de 1979 prever futuras conversações sobre Macau para o termo da administração portuguesa. Aquilo que fora um entendimento «dormiente» passava agora a ser o centro de uma negociação concreta, em que ambas as partes pretendiam naturalmente fazer valer os seus interesses e pretensões. Mas não é aqui o local para abordar essa matéria. Apenas pretendi salientar a evolução da natureza das relações, para melhor entender os «apontamentos de viagem» que se seguem.

Fixados em 1979, como se viu, os vários entendimentos entre Portugal e a República Popular da China, os chineses até 1985 não mais quiseram tocar na questão de Macau. Esta atitude era muito assumida pelo lado chinês, o que excluía uma simples e informal troca de impressões que fosse, sobre o Território. Estava acordado, não se fala mais nisso. A seu tempo, se verá. Pouco depois de chegar a Pequim, ainda como Encarregado de Negócios, recebi instruções de Lisboa para sondar as autoridades chinesas sobre a construção futura de um aeroporto em Macau. Pedi para ser recebido no *Waijiaobu*, dizendo apenas que queria falar de um assunto relativo a Macau, mas sem especificar qual. Constatei, ao chegar ao encontro, que havia alguma inquietação do lado chinês por ter pedido para falar sobre um assunto de Macau. O meu interlocutor só se tranquilizou depois de saber que o assunto era o aeroporto, e só isso.

Durante os anos que estive em Pequim, de 1979 a 1981, em mais de uma ocasião os chineses quiseram ter um gesto de simpatia, sempre subtil, quando menos se esperava. Só posso relatar os que presenciei, mas certamente terá havido outros de que não tive conhecimento. Isto aconteceu ainda na época das convergências, das relações consensuais, antes do início do dossier Macau, ou seja, anteriores a 1985. Terão sido raros depois, ou mesmo inexistentes, no período das negociações, e mais tarde, em período de transição, terão reaparecido esporadicamente. Não se tratava de gestos de cortesia personalizada, mas sim, estou em crer, como que «presentes» que a China queria dar ao país ocidental com quem há mais tempo tinha contactos permanentes e de quem tinha menos queixas – políticas ou realmente sentidas – em comparação com outros Estados. Reconheço que esta explicação tem algo de rebuscado, e assenta na preocupação lógica ocidental. Do lado chinês, e com a mentalidade chinesa, apenas queriam ser simpáticos, à maneira indirecta chinesa, por um conjunto de móveis em que provavelmente entravam os que acima aduzo. O primeiro destes gestos que presenciei foi por ocasião da entrega das cópias das cartas credenciais ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Huang Hua, pelo primeiro embaixador de Portugal, António Ressano Garcia (formalidade que antecede a entrega solene dos originais ao Chefe de Estado). O Ministro Huang Hua, a dada altura da conversa que se seguiu, enfatizou alguns pontos do pensamento de Mao, relativos ao que a China tinha a aprender com os outros países, e indicando constarem do quinto volume das obras completas do Grande Timoneiro que acabava de aparecer nas livrarias de Pequim, em inglês. Regressado à embaixada lá encontrei, na página 303 da edição de 1979, o texto de Mao a que Huang Hua aludira: «*We have put forward the slogan of learning from other countries. [...] It must be admitted that every nation has its strong points. [...] Our policy is to learn from the strong points of all nations and all countries*», etc... Foi um gesto simples de simpatia com o representante de um país com o qual a China acabava de reatar relações oficiais. No ano seguinte, por ocasião do primeiro aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas, a 8 de Fevereiro de 1980 portanto, o embaixador Ressano Garcia entendeu oferecer um jantar só para o pessoal da embaixada e para os funcionários do Ministério dos Estrangeiros chinês com quem mais contactávamos. Apropriadamente, convidou o Ministro Huang Hua, que aceitou, o que não estava à partida adquirido. Nessa altura ainda não tínhamos instalações próprias, nem residência nem chancelaria, pelo que se reservou uma sala num bom e tradicional restaurante chinês. Meia hora antes da hora prevista, abre-se a porta e aparece, sozinho, sem intérpretes nem ajudantes, o Ministro Huang Hua. Coisa de espantar, ver um governante, um «histórico», aparecer assim, sem mais, e dispor-se a um «tête-à-tête» com o nosso embaixador, a uma conversa de meia hora em inglês, que ele dominava, até chegarem os restantes funcionários, pontualmente e em grupo, à hora marcada. Este gesto particularmente amistoso trouxe «face» ao nosso embaixador e suscitou muita salutar inveja nos colegas.

Em finais de Junho desse mesmo ano de 1980 chegou a Pequim o Ministro do Comércio e Turismo Basílio Horta, a primeira visita oficial de um membro do Governo português à República Popular da China. No fim duma audiência concedida pelo Vice-Primeiro-Ministro Li Xiannian (mais tarde seria o primeiro Chefe de Estado chinês a visitar Portugal), quando acompanhava o Ministro português até à porta, num momento descontraído e dirigindo-se aos portugueses presentes fez como que um «ponto de situação» sobre os cargos ou funções que Deng Xiaoping iria deixar ou não de ocupar. Na altura era este um assunto que todos nós em Pequim – diplomatas, jornalistas

e expatriados – nos esforçávamos por esclarecer, tema quente em todas as conversas. Esta informação, vindo de quem vinha, foi uma dádiva preciosa oferecida a Portugal na pessoa do Ministro e que mais uma vez nos deu «face» perante a comunidade estrangeira residente.

O último caso, nos anos que estive em Pequim, passou-se comigo directamente. Quando parti para Pequim, em Abril de 1979, entre várias instruções levava a incumbência de procurar clarificar o estado e o estatuto da antiga Legação de Portugal, aberta em 1903 após a rebelião dos Boxers, e encerrada quase meio século mais tarde no seguimento da criação da República Popular da China em 1949 e do termo das relações diplomáticas. Estava instalada no antigo «quartirão das Legações», hoje extinto, embora alguns dos edifícios sobrevivam, não longe da Praça Tiananmen. Antes de partir, ainda em Lisboa, falei com os dois únicos colegas vivos que a tinham conhecido (os embaixadores Luís Esteves Fernandes, já falecido, e Humberto Alves Morgado) e que me deram indicações sobre a localização e características das instalações. Pouco depois de chegar a Pequim fui ao Ministério procurar saber se a nossa antiga Legação ainda existia, e no caso afirmativo, o que era no presente. Do nosso lado não havia reivindicações, apenas se procuravam esclarecimentos. A resposta chinesa foi evasiva: que eram coisas antigas, que já não sabiam bem, em resumo, sem o terem dito, o melhor era esquecer o assunto. Em meados de 1981, quando me preparava para partir por ter sido transferido para Lisboa, o Ministério dos Estrangeiros ofereceu-me amavelmente (só é *ex officio* para os Chefes de Missão) um jantar de despedida. A funcionária chinesa que estava sentada ao meu lado, e sem que eu nunca mais tivesse abordado o assunto, deu-me as informações todas sobre a nossa antiga Legação que eu pretendia obter, sem sucesso, três anos antes. Interpretei esse gesto como um «presente de despedida», eventualmente pouco útil e atrasado, mas de grande simpatia.

DEPOIS DE MACAU

Tendo acompanhado de perto as negociações para a Declaração Conjunta sobre Macau, de 1987, e os primeiros quatro anos do período de transição, até 1992, a passagem do tempo e o distanciamento em relação aos eventos não podem senão valorizar, estou em crer, os ambientes e a natureza das relações luso-chinesas durante os anos que de perto antecederam e sucederam a 1979. Olhando para traz, parece-me ver na dinâmica de entendimentos e convergências o único cerne viável de um diálogo entre Portugal e a China. Os quinze anos de 1985 a 1999 – as negociações sobre Macau e o Período de Transição –, embora intelectual e politicamente muito estimulantes, foram anos difíceis e complexos, não poucas vezes com um relacionamento com a China que se poderia classificar – apesar de tal nunca ter sido assumido formalmente – de mau. Mas são esses tempos, numa perspectiva histórica, períodos de excepção. Houve outros no passado, os mais conhecidos dos quais são as décadas que antecedem o surgimento de Macau, em meados do século XVI, e a crise em torno de Ferreira do Amaral, no século XIX. Mas todos esses tempos difíceis foram passageiros, e as dificuldades ultrapassadas. Só se entende, aliás, a permanência de Macau na esfera de influência portuguesa ao longo de quatro séculos e meio aceitando de facto que a tónica viável do nosso relacionamento com a China foi a da busca de convergências de interesses. Há hoje sinais indicadores que permitem constatar que os dois países estão a regressar ao modelo de sempre, e único possível, nas suas relações. Só assim o diálogo luso-chinês poderá seguir, rumo ao futuro, sem renegar as densas mais-valias e vivências dos séculos passados. Oxalá assim aconteça. **RJ**